



ENTRE DEBATES E DISCUSSÕES: um balanço dos 10 anos de ações afirmativas nas universidades brasileiras

Alba Tereza Barroso de Castro ¹

Clarissa Fernandes do R. Barros ²

Leda Beatriz T. Barroso ³

Camila da Silva Antônio ⁴

Amanda Nobre ⁵

Resumo: Este artigo tem como objetivo apresentar um breve balanço dos 10 anos das ações afirmativas no ensino superior através do levantamento de eventos comemorativos realizados pelas universidades pioneiras na adoção das políticas de ações afirmativas. A análise dos eventos permite observar e refletir sobre as demandas e discussões suscitadas pelas diferentes universidades acerca do funcionamento das ações afirmativas nestes espaços institucionais.

Palavras-Chave: Políticas de ações afirmativas, educação e ensino superior.

Abstract: This article aims to present a brief review of 10 years of positive discrimination in Brazilian education by raising events in commemoration conducted by universities pioneered the adoption of affirmative action policies. The analysis of events to observe and reflect on the demands and discussions raised by universities about the functioning of affirmative action in these institutional spaces.

Keywords: Positive Discrimination, Education and Higher Education

¹ Doutora. Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail: albatereza@uol.com.br

² Estudante de Pós-Graduação. Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ)

³ Estudante de Graduação. Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ)

⁴ Estudante de Graduação. Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ)

⁵ Estudante de Graduação. Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ)



1. INTRODUÇÃO

As ações afirmativas nas universidades públicas brasileiras constituem medidas que objetivam a redução das desigualdades de acesso ao ensino superior, considerando o vestibular como um obstáculo ao livre acesso dos estudantes. Esta política pretende, portanto, facilitar o acesso de estudantes das camadas desprivilegiadas da sociedade a partir de um acesso diferenciado. As definições de ações afirmativas indicam, no geral, o combate à discriminação de grupos minoritários, além do objetivo de concretizar o princípio jurídico da igualdade. Para Gomes (2003), as ações afirmativas podem ser definidas como:

Um conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, concebidas com vistas ao combate à discriminação racial, de gênero, por deficiência física e de origem nacional, bem como para corrigir ou mitigar os efeitos presentes da discriminação praticada no passado, tendo por objetivo a concretização do ideal de efetiva igualdade de acesso a bens fundamentais como a educação e o emprego. (2003:27)

Essa nova concepção de política social possui como alvo de ação um indivíduo específico cuja tentativa se encontra na concretização da igualdade substancial ou material. Portanto, a ação afirmativa é interpretada como uma discriminação positiva, pois é na ideia de igualdade substantiva que se encontra o suporte normativo da ação afirmativa, onde o principal elemento é a justiça social.

As políticas de ações afirmativas se tornaram uma realidade nas universidades públicas do Brasil, que adotam os critérios de acordo com a autonomia universitária e realidades regionais, que enfatizam escolaridade, critérios étnicos e econômico-sociais. Os grupos populacionais contemplados são: estudantes de escola pública, negros, indígenas, deficientes físicos, baixa renda, quilombolas e moradores do interior do Estado. As categorias utilizadas nos editais como políticas de ações afirmativas destacam-se: cotas – estabelecimento de porcentagem ou quantidade fixa no número total de vagas oferecidas; acréscimo de vagas – são criadas vagas fora do modelo tradicional de edital; e acréscimo de notas – pontos são acrescidos ao candidato, podendo ser uma pontuação fixa ou porcentagem (Machado & Silva, 2010).

A Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), ao lado da Universidade Estadual da Bahia (UEBA) e UNB (Universidade de Brasília) foi umas das pioneiras no debate sobre as ações afirmativas, liderando, no ano 2000, o debate para a implementação das cotas nas suas instituições. A UERJ teve o primeiro vestibular respaldado pela política de ações afirmativas no ano de 2003, sendo regida atualmente pela lei 5.346/08.



Tendo em vista os dez anos de implementação das ações afirmativas nas universidades públicas do Brasil seja por decreto lei ou de forma autônoma, este artigo tem por objetivo refletir sobre os eventos realizados por estas instituições como forma de observar, através das temáticas dos eventos, questões suscitadas sobre o andamento das ações afirmativas no ensino superior.

2. ENTRE DEBATES E DISCUSSÕES: AS AÇÕES AFIRMATIVAS NO ENSINO SUPERIOR

Os dados apresentados a seguir foram realizados a partir de uma pesquisa minuciosa nos editais e sites das universidades federais e estaduais brasileiras com o objetivo levantar o processo de adoção das ações afirmativas nas universidades públicas do país

As universidades estaduais do Paraná (UEPG - Universidade Estadual de Ponta Grossa, UEL - Universidade Estadual de Londrina, UEM - Universidade Estadual de Maringá, UNESPAR - Universidade Estadual do Paraná, UNIOESTE - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, UENP - Universidade Estadual do Norte do Paraná e UNICENTRO - Universidade Estadual do Centro do Paraná) aderiram às ações afirmativas no ano 2002, porém, somente para indígenas. A UERGS - Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, também aderiu à política e em 2002 estipulou 50% das vagas à estudantes de baixa renda e ainda destinou 10% das vagas aos portadores de necessidades especiais.

Quanto às universidades estaduais, podemos destacar algumas características importantes: de todos os 26 Estados-membros do Brasil, 4 não possuem sequer universidades estaduais como Espírito Santo, Acre, Rondônia e Sergipe. Dos que possuem Universidades Estaduais, mas não implantaram nenhum tipo de Ação Afirmativa, contabilizam 5 instituições, a UNESP - Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho no Estado de São Paulo, a UEPA - Universidade do Estado do Pará, UNITINS - Universidade do Tocantins e no Ceará, a UECE - Universidade do Estado do Ceará e URCA - Universidade Regional do Ceará. Sendo, portanto, 34 universidades estaduais que aderiram às ações afirmativas no processo seletivo de vestibular, onde 3 são do Estado do Rio de Janeiro (UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UENF - Universidade Estadual Norte Fluminense e UEZO - Centro Universitário Estadual da Zona Norte), 2 do Estado de Minas Gerais (UEMG - Universidade do Estado de Minas Gerais e UNIMONTES - Universidade Estadual de Montes Claros), 2 do Estado de São Paulo (UNICAMP -



Universidade Estadual de Campinas e USP - Universidade do Estado de São Paulo), 7 do Paraná (UNIOESTE, UENP, UNICENTRO, UNESPAR, UEPG, UEM e UEL), 1 em Santa Catarina (UDESC - Universidade do Estado de Santa Catarina), 1 no Rio Grande do Sul (UERGS), 1 no Mato Grosso (UNEMAT - Universidade do Estado de Mato Grosso), 1 no Mato Grosso do Sul (UEMS - Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul), 1 em Goiás (UEG - Universidade do Estado de Goiás), 1 no Estado do Amazonas (UEA - Universidade Estadual do Amazonas), 1 em Roraima (UERR - Universidade Estadual de Roraima), 1 no Amapá (UEAP - Universidade do Estado do Amapá), 1 no Maranhão (UEMA - Universidade Estadual do Maranhão), 1 no Piauí (UESPI - Universidade Estadual do Piauí), 1 no Ceará (UVA - Universidade Estadual do Vale do Acaraú), 1 no Rio grande do Norte (UERN - Universidade Estadual do Rio Grande do Norte), 1 na Paraíba (UEPB - Universidade Estadual da Paraíba), 1 em Pernambuco (UPE - Universidade de Pernambuco), 2 em Alagoas (UNEAL - Universidade Estadual de Alagoas e UNCISAL - Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas) e 4 no Estado da Bahia (UEFS - Universidade Estadual de Feira de Santana, UNEB - Universidade do Estado da Bahia, UESC - Universidade Estadual de Santa Cruz e UESB - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia). Por Região destacam-se 7 universidades estaduais que adotaram as ações afirmativas no Sudeste, 9 na região Sul, 3 no Centro-Oeste, 3 no Norte do país e 12 no Nordeste.

Quanto ao prazo de aplicabilidade dessas ações afirmativas, 14 Universidades adotam prazos para a validade dessas ações, sendo que este prazo é passível de prorrogação, após as avaliações sobre o andamento da política. A UEL, no Paraná, estipulou 7 anos para a adoção das Ações Afirmativas, validando-as de 2005 a 2012. Ainda neste Estado, a UEPG utilizou o prazo de 8 anos, valendo de 2007 a 2015. Com o mesmo prazo de aplicabilidade de 10 anos, temos a UERJ, UEZO e UENF no Rio de Janeiro (de 2008 a 2018), a UEMG e UNIMONTES, em Minas Gerais (de 2005 a 2015), a UNEMAT, no Mato Grosso (de 2005/2 a 2015/2), a UEA, na Amazonas (de 2005 a 2015) e a UEFS e a UESC, na Bahia, ambas de 2007 a 2017. Com prazo um pouco mais extenso, temos a UESPI, no Estado do Piauí, com 12 anos estipulados (2009 a 2021), já as que apresentam os maiores prazos, são a UEG, no Estado de Goiás, e a UESB, na Bahia, ambas com 15 anos de prazo de aplicabilidade, valendo de 2005 a 2020 e de 2009 a 2024, respectivamente.

Quanto às universidades federais, a UnB foi a primeira a implantar tais ações, em 2004, e foi seguida por várias outras. Atualmente, outras instituições já se somam às



universidades que fazem uso das ações afirmativas para ingresso através do vestibular. No entanto, até o ano de 2012 a adoção das ações afirmativas se deu de forma autônoma e heterogênea em relação aos beneficiados pela política e forma de acesso. A Constitucionalização das ações afirmativas foi sancionada pela presidenta Dilma Rousseff em 29/08/2012, através da Lei de Cotas nº 12.711/2012, onde foi instituído o sistema de cotas raciais e sociais para as universidades públicas federais e também nos institutos técnicos federais de todo país. A lei assegurou a todas as universidades federais, a partir do ano de 2013, a reserva gradual, até 2016, de 50% das vagas aos estudantes que tenham cursado todo ensino médio em escolas da rede pública, com distribuição das vagas proporcional a parcela da população negra e indígena dos estados onde se localizam as universidades, de acordo com dados do IBGE. O corte de renda também será um critério aos 50% das vagas reservadas, sendo definido pela renda familiar mensal de até 1,5 salário mínimo per capita.

Até o ano de 2012, portanto, antes da constitucionalização das ações afirmativas e de sua obrigatoriedade pelas universidades federais, 45 universidades federais já haviam aderido às ações afirmativas. Outras 14 universidades federais não efetivaram nenhum tipo de inclusão, o que define um total de 76% entre as 59 universidades existentes que aderiram às ações afirmativas como política de ampliação do acesso. Já entre as estaduais, foram 34 universidades e 5 que colocaram-se isentas, totalizando 87% entre as 39 universidades estaduais existentes que implantaram algum tipo de ação afirmativa em suas instituições. Em 2012, somaram-se então 79 universidades públicas que favoreciam a entrada de grupos sociais desfavorecidos por classe ou raça.

Após dez anos de implementação das ações afirmativas nas universidades brasileiras apontadas acima, torna-se importante verificar de que maneira estão sendo problematizadas as questões suscitadas pelas ações afirmativas nas universidades. Pesquisadores e especialistas na temática já levantam discussões centrais como a necessidade de programas de permanência aos estudantes beneficiados, inclusão de atividades de nivelamento em disciplinas instrumentais como português, redação, matemática, melhoria do desempenho acadêmico dos beneficiados pelas ações afirmativas, e outro ponto importante é a necessidade de realização de um balanço dos concluintes e inserção no mercado de trabalho como forma de observar o processo de mobilidade social dos diferentes grupos sociais desfavorecidos por classe ou raça. Com o objetivo de verificar esta discussão, foi realizado um levantamento sobre os eventos realizados por



universidades sobre os 10 anos de adoção das ações afirmativas no ensino superior, a partir de pesquisas na internet e nos sites de diferentes instituições. O resultado desta pesquisa pode ser acompanhado na Tabela a seguir.

Tabela 1- Eventos realizados sobre os 10 anos de adoção das ações afirmativas nas universidades brasileiras.

EVENTO	UNIVERSIDADE:	DATA DO EVENTO:	OBJETIVO PRINCIPAL:
<i>I Seminário Estadual Sobre Ações Afirmativas</i>	UEMS Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul	30 de novembro de 2012	Promover uma ampla reflexão sobre os dez anos da implantação do sistema de cotas para negros e indígenas na UEMS
<i>Programa de Ações Afirmativas da UFRGS</i>	UFRGS Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Parecer apresentado ao CONSUN dia 20/07/12	Reformulação das ações afirmativas nesta universidade após os 10 anos de implementação.
<i>Seminário 10 anos de Ações Afirmativas: conquistas e desafios</i>	UERJ Universidade do Estado do Rio de Janeiro	21 e 22 de novembro de 2012	Reunir gestores de Instituições Públicas de Educação Superior, pesquisadores que atuam no campo das Ações Afirmativas e movimentos sociais interessados no sucesso dessas ações com o objetivo principal de fortalecer sua adoção pelas Instituições Públicas de Educação Superior.
<i>Seminário Internacional sobre Ação Afirmativa: processo, conquistas e desafios.</i>	PUC-RIO Pontifícia Universidade Católica	13 a 15 de junho de 2012	Balanço das ações afirmativas adotadas por instituições públicas para refletir sobre estas mudanças em uma perspectiva comparada.

Fonte: Tabela construída a partir de levantamentos realizados nos sites das universidades.

Das universidades que possuem ações afirmativas ou pesquisam sobre esta temática, foram encontrados quatro eventos realizados pelas seguintes instituições: UEMS - Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul, UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro e PUC-RIO - Pontifícia Universidade Católica. Os eventos da UERJ e PUC-RIO tiveram como objetivo principal realizar um balanço geral da adoção das ações afirmativas nas universidades brasileiras, já os eventos realizados pela UEMS e UFRGS procuraram promover uma reflexão sobre este andamento da política de ações afirmativas na própria universidade.

A UEMS realizou o “I Seminário Estadual sobre ações afirmativas” cujo objetivo foi promover uma ampla reflexão sobre os dez anos da implantação do sistema de cotas e apresentar à gestão da UEMS, a comunidade acadêmica e a sociedade em geral, as



análises dos resultados obtidos em relação às ações afirmativas implementadas no período de 2002 a 2012, ou seja, da criação da lei até os dias atuais. Fizeram parte dos dados analisados, os resultados dos vestibulares, ingresso, permanência e egressos, bem como as ações institucionais realizadas para os cotistas.

Na UERJ foi realizado o Seminário “10 anos de ações afirmativas: conquistas e desafios”. Este evento coordenado pelo Laboratório de Políticas Públicas (LPP-UERJ) e pretendeu criar debates para o fortalecimento das políticas de ação afirmativa por meio da ampliação da troca entre as experiências das diferentes instituições. Foram temas das discussões: a avaliação e a proposição de medidas voltadas para as políticas de permanências com o objetivo de que estas atendam de forma adequada os diferentes perfis de beneficiários em relação aos aspectos sociais e acadêmicos; o estímulo a ampliação do acesso aos dados de modo a favorecer os estudos e pesquisas sobre as ações afirmativas além da promoção e aproximação entre os beneficiados pelas as ações afirmativas e as Instituições.

Na PUC-RIO ocorreu o “Seminário Internacional sobre ação afirmativa: processo, conquistas e desafios”, promovido pelo Núcleo Interdisciplinar de Reflexão e Memória Afrodescendente – NIREMA. Neste evento foi apresentado um balanço das ações afirmativas adotadas por diversas instituições públicas, destacando os seguintes aspectos: as modalidades mais adotadas que combinam com critérios de frequência do ensino médio em escolas públicas e/ou critérios de renda associados a outros critérios, como raça/cor, etnia, deficiência; a dificuldade de acesso aos dados acadêmicos em algumas das Instituições, o que tem limitado pesquisas e estudos para avaliação do impacto acadêmico e social das políticas adotadas; as políticas de apoio à permanência dos estudantes beneficiários das ações afirmativas que nem sempre são adequadas as dimensões sociais e acadêmicas, embora ainda não seja possível, pela dificuldade de acesso aos dados, avaliar o impacto dessas políticas na permanência e no sucesso dos estudantes nos cursos para os quais foram selecionados; a dificuldade de acesso aos dados também não tem contribuído para que se faça uma avaliação mais detalhada quanto ao impacto dos distintos desenhos e as consequências dos critérios de seleção e elegibilidade adotados pelas Instituições. Segundo dados apresentados no seminário e pelo NIREMA, os estudantes beneficiários pelas ações afirmativas têm alcançado desempenho acadêmico igual ou melhor do que os demais ingressantes, mas não há uma avaliação sistemática dos resultados em cada uma das instituições. Outra constatação feita neste seminário foi o desconhecimento dos



estudantes de ensino médio das escolas públicas no Rio de Janeiro com relação aos direitos que as políticas de ações afirmativas lhes garantem o acesso à política.

Das universidades brasileiras que completam 10 anos de adoção das políticas de ações afirmativas somam um total de 13 instituições, todas estaduais, que incluem: UERJ, UENF, UEZO, UNEB, UEMS, UEPG, UEL, UEM, UNESPAR, UNIOESTE, UENP, UNICENTRO e UERGS. Das treze universidades, somente duas, UERJ e UEMS, realizaram seminários e/ou eventos para a problematização da política de ações afirmativas no Brasil.

Até o ano 2012, com a promulgação da lei 12.711/12 não existia um marco regulatório único para esta política, “o que permite/condiciona uma diversidade de experiências isoladas e pontuais por parte das universidades (...), que criam seus próprios modelos.” (SANTOS, 2005:13). Assim, as diversidades de critérios, das políticas de permanência e dos resultados tendem a ser diferenciado, o que mostra a necessidade e importância destes eventos como objetivo de trocar informações e avaliação das experiências diferenciadas nas universidades públicas brasileiras.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS: UM BALANÇO DOS 10 ANOS DAS AÇÕES AFIRMATIVAS NAS UNIVERSIDADES.

Nos 10 anos de ações afirmativas nas universidades brasileiras é possível observar que da autonomia universitária, a aprovação por decretos legais, a política assumiu uma caráter heterogêneo nos critérios de acesso e em relação aos beneficiados pela política, obedecendo a demanda de movimentos sociais e aspectos regionais ao qual incluem-se as diferentes instituições de ensino superior. Um balanço do funcionamento das ações afirmativas e um intercâmbio entre as diferentes experiências entre as universidades públicas que adotaram a política ou que estão em processo de implementação só viria a enriquecer o debate e a institucionalização da política. No entanto, o que observamos em uma pesquisa rápida para discussão é que de 13 instituições que poderiam apresentar estudos sobre as trajetórias de acesso, permanência e conclusão dos estudantes beneficiados pelas reservas de vagas, apenas 2 universidades apresentaram reflexões satisfatórias, que mesmo assim, apresentam dificuldades de acesso aos dados para o andamento de pesquisas de extensão, teses de doutorado ou dissertações de mestrado.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BARROSO, L. B. T. *O Ensino Superior e a questão da universalidade. Uma discussão sobre o acesso às universidades brasileiras*. 150. TCC Serviço Social. Rio de Janeiro: FSS/UERJ, 2013.

GOMES, Joaquim Barbosa. O debate constitucional sobre as ações afirmativas. In: SANTOS, Renato Emerson dos & LOBATO, Fátima. *Ações Afirmativas: políticas públicas contra as desigualdades raciais*. Rio de Janeiro, LPP/ UERJ, 2003.

MACHADO, Elielma Ayres & SILVA, Fernando Pinheiro. Ações afirmativas nas universidades públicas: o que dizem os editais e manuais. In: PAIVA, Ângela Randolpho Paiva (org.). *Entre dados e fatos: ação afirmativa nas universidades públicas brasileiras*. RJ: Editora PUC-RIO, 2010.

NASCIMENTO, Alexandre do. Das ações afirmativas dos movimentos sociais às políticas públicas de ação afirmativa: o movimento dos cursos pré- vestibulares populares. In: *Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais*. Florianópolis, Participação e Democracia/ UFSC, 2007.

PAIVA, Ângela Randolpho Paiva (org.). *Entre dados e fatos: ação afirmativa nas universidades públicas brasileiras*. RJ: Editora PUC-RIO, 2010.

SANTOS, Renato Emerson. Reserva de vagas para negros em universidades públicas: um olhar sobre a experiência brasileira. In: *ADVIR*, Rio de Janeiro, nº 19, 2005.